



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA ATUAÇÃO EM CLASSE
HOSPITALAR

CINTIA DE AMORIM PIMENTA ANTUNES

RIO DE JANEIRO

2013

A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA ATUAÇÃO EM CLASSE HOSPITALAR

CINTIA DE AMORIM PIMENTA ANTUNES

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado à Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito final para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Maria Alice de Moura Ramos (Orientadora)
Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro - UNIRIO

Rio de Janeiro
Dezembro
2013

**A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA ATUAÇÃO EM CLASSE
HOSPITALAR**

CINTIA DE AMORIM PIMENTA ANTUNES

Avaliada por:

Data: ____/____/____

Márcio da Costa Berbat
Escola de Educação – Departamento de Didática
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

*“Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente.
No mundo da História, da cultura, da política constato não para
me adaptar mas para mudar.”*

(Paulo Freire).

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus onde busquei equilíbrio e conforto nas horas de aflição. Sem sua presença constante não conseguiria trilhar minha história de vida.

Dedicar este trabalho a ti é muito pouco diante de tudo que fez e faz por mim. Ao maior amor, meu marido Maxwell Araujo Antunes, companheiro de uma vida inteira, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos pelos quais passei. Dedico a você cada letra aqui escrita. O homem com quem namorei, noivei, casei e passarei o resto dos meus dias. A ti entrego minha eterna dedicação, só a ti. **TE AMO MAIS QUE TUDO!**

Não poderia deixar de, também, dedicar esse trabalho a minha amada aluna Stephanie que motivou e deu sentido a minha prática pedagógica, sendo o instrumento condutor da minha paixão por essa linda profissão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Projeto de Extensão “Classe Hospitalar: Atendimento Pedagógico-Educacional em Ambiente Hospitalar” da UNIRIO pela oportunidade de vivenciar e pesquisar uma modalidade de ensino tão fundamental quanto a Classe Hospitalar.

Não poderia deixar de agradecer aos mestres que colaboraram para minha formação.

Agradeço carinhosamente à minha orientadora Maria Alice, constante pesquisadora, professora dedicada e sempre presente, que a cada direção conseguia com que encontrasse o melhor caminho para a então pesquisa. Agradeço sua atenção, afeto, amizade e as suas correções a cada versão entregue sobre meu estudo. Indispensável dizer, que sem seu olhar atento e sensível essa pesquisa jamais existiria. Devo grande parte da minha construção enquanto pessoa e educadora aos seus ensinamentos.

Ao professor Márcio Berbat, que tenho como o maior exemplo do que é ser um verdadeiro educador, sempre disposto a colaborar e primar por uma formação de qualidade para seus educandos. Toda vez que repenso sobre minha prática, me reporto aos seus dizeres e atitudes tanto como professor, quanto ser humano maravilhoso que é. Não tenho palavras para agradecer tudo que representa no meu universo profissional.

A professora Andrea Thess, que recém chegada à UNIRIO não hesitou em me ajudar quando solicitei por sua orientação. A pesquisa estatística desse trabalho deve êxito graças ao seu profissionalismo e presteza.

Agradeço aos amigos: Vinicius Aragão, Mel Macedo, Leonardo Oliveira, Chaiene Oliveira, Lays Nascimento, Beatrice Leite, Jéssica Andrade e Tatiana Vasconcelos por todos os momentos inesquecíveis que passamos juntos, sem vocês minha vida não teria a menor graça. Peço a Deus que sempre mantenha-os comigo. Obrigada seus “Begos”!

Um agradecimento especial a três pessoas de suma importância para mim. Como pensar em toda essa caminhada sem minha amiga Andressa Cristina Pimentel e sem Janaína Neves? Não consigo nem imaginar. Pensar no amanhã sem tê-las por perto sempre comigo, se assemelha com um manhã sem sentido. Peço desculpas por todas as reclamações, mau humor, ligações intermináveis e “milhões” de mensagens nesse período final de monografia e também no decorrer das minhas preocupações dos

temidos trabalhos de conclusão de período. Jana, a Feira de Tradições Nordestinas realizou a sua maior missão, nos uniu! Mesmo distante não poderia deixar de incluir minha amada amiga Natasha Shaban nesse grande momento da minha vida. Sem me reportar a tudo que ocasiona sua lembrança, olha que não é pouca coisa, também não teria conseguido chegar aqui. Amo vocês!

Agradeço a minha amada mãe, Maria Iracilda Moreira de Amorim Pimenta e ao meu amado pai, Francisco Augenar Pimenta, pelo simples fato de tornarem os meus dias mais alegres e precisos, e por todo incentivo dedicado a tudo que acredito, mesmo que não entendam muito bem seu real significado, “é bom pra você, então estamos felizes”. E como deixar de falar da minha doce e sorridente irmã, Veridiana Moreira Dias, um verdadeiro presente de Deus. Agradeço por toda seu pensamento positivo e torcida para que eu consiga alcançar tudo aquilo que almejo. Aos meus lindos e amadíssimos sobrinhos, Enzo Moreira de Oliveira e Théo Moreira de Oliveira por darem maior sentido a minha vida.

Agradeço aos meus queridos padrinhos Augeniza Pimenta e Jorge Ruiz por todas as gargalhadas provocadas para tornar tudo mais leve e divertido. Também agradeço a minha prima/irmã Daniele Pimenta Ruiz por sempre ter seus ouvidos disposto a acolher minhas alegrias e lamentações.

O melhor deixei para o final, agradeço ao meu marido Maxwell Araujo Antunes por estar sempre ao meu lado. TE AMO DEMAIS!

Agradeço a Deus por me presentear com todos esses seres humanos incríveis e por olhar sempre por mim.

CINTIA DE AMORIM PIMENTA ANTUNES. A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA ATUAÇÃO EM CLASSE HOSPITALAR. Brasil, 2013, 43 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Escola de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RESUMO

O presente trabalho compõem três vertentes principais, quais sejam: a formação dos educadores, a política de inclusão e a democratização do ensino. Para tanto, consisti em uma série de reflexões e ponderações quanto a formação de professores qualificados para lidar com as complexas conexões educacionais que a contemporaneidade nos coloca. Para além, é acrescentado a perspectiva da política de inclusão que anseia por uma política educacional comprometida não somente com a integração, mas também pela verdadeira inclusão, aquela pronta a extirpar o paradigma da exclusão. Por meandros de tais medidas conseguiremos obter a democratização do ensino em seu real valor. O objetivo da pesquisa estatística é de contribuir, quantitativamente e qualitativamente, para esse debate. Trazendo dados específicos sobre a formação do professor para a Classe Hospitalar. Assim, contamos com gráficos e tabelas para apresentar os dados coletados, por vias de um questionário aplicado as estudantes de quatro universidades do Estado do Rio de Janeiro, sendo uma delas particular. Tanto a análise quantitativa, quanto qualitativa mostra a defasagem formativa dos educandos do curso de Pedagogia e a não abrangência curricular do curso superior. As grades curriculares, anexadas ao referido trabalho, também abalizam essa deficiência por parte das instâncias superiores de ensino. A ideia de analisar as grades curriculares se deu pela necessidade em demonstrar documentalmente a realidade curricular das universidades aqui pesquisadas. O intuito do seguinte trabalho é levantar discussão e material científico quando a formação do professor para a Classe Hospitalar e sobre a construção curricular das universidades. Com isso, reuniremos material para constatar se a academia está acompanhando as novas demandas educacionais.

Palavras-chave: classe hospitalar; formação de professores; política de inclusão e democratização do ensino.

INDICE DE SIGLAS

CEB – Câmara de Educação Básica.

CH – Classe Hospitalar.

CHGG – Classe Hospitalar Gaffrée e Guinle.

CNE – Conselho Nacional de Educação.

CP – Curso de Graduação em Pedagogia (Licenciatura).

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

ESTÁCIO – Universidade Estácio de Sá.

HUGG - Hospital Universitário Gaffrée e Guinle.

MEC – Ministério da Educação.

SME – Secretaria Municipal de Educação

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A: Questionário da pesquisa estatística

ANEXO B: Grade curricular da UNIRIO

ANEXO C: Grade curricular da UERJ

ANEXO D: Grade curricular da UFRJ

ANEXO E: Grade curricular da ESTÁCIO

Sumário

Introdução.....	12
Capítulo 1: Caminhos percorridos pela pesquisa.....	14
Capítulo 2: História do Projeto de extensão da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.....	16
Capítulo 3: A prática que nos move.....	21
Capítulo 4: A Educação Especial na proposta da formação do pedagogo.....	25
Capítulo 5: A importância do estágio na formação do professor.....	27
Capítulo 6: Formação de professores e as leis de amparo.....	30
Capítulo 7: Conhecendo a realidade com os dados estatísticos.....	33
7.1: Análise quantitativa.....	35
7.2: Análise qualitativa.....	39
Considerações finais.....	41
Referências.....	42
Anexos.....	44

INTRODUÇÃO

O referido trabalho visa ampliar as discussões atinentes à modalidade de ensino Classe Hospitalar e a formação de seus futuros e já atuantes educadores. Deste modo, será somado a esta pesquisa a articulação entre teoria e prática quanto a realidade do atendimento pedagógico-educacional em ambiência hospitalar a crianças e jovens no Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, é necessário tecer reflexões quanto a formação do professor e o que essa formação trouxe para sua ação na Classe Hospitalar.

A Classe hospitalar afirma cada vez mais sua importância dentro do processo de inclusão que vem ocorrendo no sistema de ensino. Existente desde o ano de 1950, essa modalidade de ensino da Educação Básica escreve sua promissora história na área da educação. Na contemporaneidade podemos contar com o apoio de leis e resoluções que garantem o direito a uma formação plural ao estudante de licenciatura em pedagogia, o que ampliará nossa discussão para além do campo acadêmico levando-o para o universo sócio-político.

Esta produção científica traz considerações acerca da formação do professor para Classe Hospitalar. A obra desta interlocução busca amparo legal para fundamentar sua práxis e narra brevemente o cotidiano do processo de ensino-aprendizagem ou aprendizagem-ensino em ambiente hospitalar. Isso para ilustrar a importância dessa modalidade.

Dedico um capítulo com a intenção de externalizar como entendi, na prática, a representatividade social e profissional dos educadores que se destinam para o atendimento especializado aos alunos impossibilitados de frequentar a escola regular por motivo de saúde.

A participação indispensável do estágio durante a ação de formação acadêmica dos aprendizes de pedagogia, também é incorporada na discussão epistemológica.

O intuito primeiro é dar passagem a possível ebulição do saber no que tange, não somente a formação do professor para Classe, mas para outros campos, no que se refere a mediação do conhecimento em um ambiente hospitalar.

Trago uma concisa reflexão sobre Educação Especial e a formalidade da academia em formar profissionais da educação capazes de atuar com legítimo preparo frente às novas demandas no trabalho com grupos diferenciados. Agrego este tema ao corpo de meus escritos, pois a determinação legal ao atendimento educacional especializado a crianças e jovens hospitalizados está previsto em sua lei específica.

O assunto sobre atendimento pedagógico-educacional em ambiente hospitalar é pouquíssimo lembrado e contemplado nas universidades, o que muito preocupa porque veda este campo da área educacional e engessa as produções e estudos especializados a respeito desta modalidade de ensino.

O Projeto de Extensão, “Classe Hospitalar: Atendimento Pedagógico-Educacional em Ambiente Hospitalar (CHGG)”, desenvolvido no Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e coordenado pela professora Maria Alice de Moura Ramos representa uma grande vitória na história da Escola de Educação da UNIRIO.

A iniciativa de trazer à tona a temática quanto ao atendimento pedagógico em ambiente hospitalar somatiza positivamente ao processo evolutivo da formação ampla e inclusiva dos futuros pedagogos.

De certo modo, as considerações levantadas recaem em três pontos vitais: a formação dos educadores, a política de inclusão e a democratização do ensino.

Capítulo 1: Caminhos percorridos pela pesquisa

Iniciaremos nossa pesquisa apresentando, as metodologias utilizadas para traçar o perfil do nível de conhecimento dos educandos das universidades aqui analisadas, sobre a modalidade de ensino Classe Hospitalar.

O ponto focal é mostrar de que modo é tratada a formação, que deveria ser ampla e plural, dos professores para a Classe Hospitalar e a atenção dada a esta temática pelas universidades.

Investigar as disciplinas e estágios estudados pelos futuros pedagogos durante seu período de atuação acadêmica, para saber, de modo concreto, se a formação do pedagogo está contemplando todos os campos da área educacional, e nela está incluída a Classe Hospitalar. Também será investigado o que os educandos do curso de pedagogia abarcam a respeito do atendimento pedagógico-educacional no hospital.

A pesquisa conta com quatro tipos distintos, entretanto complementares de metodologia, quais sejam: pesquisa ação, pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica e pesquisa estatística. Todos os tipos metodológicos, exceto a pesquisa bibliográfica, perpassam pelos mesmos lugares, há uma simetria entre elas. As universidades alvo da aludida pesquisa são as seguintes: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Faculdade Estácio de Sá, haja vista ser necessário tomar conhecimento das disciplinas que compõem a grade curricular para constatar a presença ou não de alguma cadeira ligada a Classe Hospitalar. O Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (HUGG) onde o Projeto de Extensão tem seu andamento também faz parte de um dos lugares aonde as metodologias são aplicadas.

A pesquisa ação é composta por minha experiência, enquanto bolsista do projeto de extensão desenvolvido na CHGG. Essa prática teve grande significado quando pude trocar saberes com o objeto do meu estudo, ou seja, por vias dos conhecimentos vividos no decorrer da ideação e no contato direto, pessoal e de grande dedicação com uma menininha de cinco anos de idade com quem aprendo, reflito, reinvento e modifico a realidade desta criança e do grupo social ao qual ela faz parte.

Em outras palavras temos melhor compreensão do conceito de pesquisa ação:

Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem. A abordagem é de uma pesquisa-ação apenas quando ela é colaborativa... (KEMMIS e MC TAGGART,1988, apud Elia e Sampaio, 2001, p.248).

A forma inicial deste procedimento é a autonomia e o controle do trabalho através de estudos teóricos, não somente para fundamentar nossa prática, como para, além disso, agregar múltiplas ações pedagógicas. Desta maneira interfiro no grupo social do Projeto de Extensão CHGG, com o intuito de melhorar a realidade educacional e sócio-política da criança que tomo como cerne da pesquisa colaborativa.

É no cotidiano da enfermagem pediátrica do GG onde essas práticas acontecem e se recriam que conjeto a fim de beneficiar seus participantes. A união entre teoria e prática por meio dos processos de autoconhecimento, é priorizada para fortalecer e garantir a mutação do cotidiano dos alunos/pacientes.

A pesquisa bibliográfica prestará conteúdo teórico para fundamentar os dados coletados na pesquisa de campo, objetivando compreender e explicar a problemática central da investigação.

Assim sendo, as observações feitas terão sua veracidade reafirmada por um questionário (anexo A) que proverá em um levantamento estatístico para análise e interpretações de dados. Neste momento da pesquisa a realidade social não será levada em consideração e o âmbito factual do evento será descrito fidedignamente. O questionário é constituído por oito perguntas, com a finalidade de averiguar o nível de conhecimento dos educandos do curso de pedagogia, em diferentes períodos, sobre a modalidade de ensino Classe Hospitalar. Este questionário foi entregue a alunos de quatro universidades, sendo uma delas particular (Estácio), mas todas do Estado do Rio de Janeiro.

Além dos dados coletados e da pesquisa estatística, teremos reunido à análise de dados à grade curricular das universidades envolvidas na pesquisa. O uso das grades se faz necessário para mostrar a incompletude do sistema de ensino das academias em formar educadores conhecedores dos diversos campos da pedagogia.

Capítulo 2: História do Projeto de Extensão da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Classe Hospitalar

Participo do projeto Classe Hospitalar, que está sendo desenvolvido no programa de extensão Classe Hospitalar: Atendimento Pedagógico-Educacional em Ambiente Hospitalar. Realizado no Hospital Universitário Gaffrée Guinle, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Desenvolvido pela Professora Orientadora Maria Alice de Moura Ramos e contou no ano de 2012 com as estagiárias Cintia de Amorim Pimenta e Dândara Calazans Sily Carneiro (formada no segundo semestre de 2012).

A continuidade do Projeto no ano de 2013 tem como objetivo o enfoque ao atendimento pedagógico educacional hospitalar e conta com mais duas estagiárias: Monique Vieira de Lima e Luciana de Moraes Alves.

O referido projeto teve início em seis de março de 2012. O mesmo continua em andamento desde então. A Classe Hospitalar surge no Brasil em 1950, no Hospital Municipal Jesus, no bairro de Vila Isabel, no Estado do Rio de Janeiro. Devido ao surto de poliomielite que se abateu no país, o referido hospital passou a receber crianças dos outros Estados que ficavam internadas por longos períodos. A lei que garante esse atendimento surge no Decreto-Lei nº 1044 de 24 de outubro de 1969.

Com as mudanças decorrentes das várias propostas educacionais para o nosso país, surge em 2002 um documento do MEC, por meio da Secretaria de Educação Especial que estrutura um documento com ações políticas de organização do sistema de atendimento educacional em ambientes e instituições que não seja a escola. De modo a assegurar o acesso e continuidade da Educação Básica para garantir o desenvolvimentos dos educandos seja qual for sua condição. Neste documento está inclusa a Classe Hospitalar que tem seu conceito definido.

De acordo com o documento, Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar, Classe Hospitalar é definida por:

¹Demonina-se classe hospitalar o atendimento pedagógico-educacional que ocorre em ambientes de tratamento de saúde, seja na circunstância de internação, com tradicionalmente conhecida, seja na circunstância do atendimento em hospital-dia e hospital-semana ou em serviços de atenção integral à saúde mental (MEC, p.13, 2002).

Entretanto, toda responsabilidade de implementação da CH em hospitais fica por conta de um possível convênio entre a SME e a SMS. Uma com o objetivo de oferecer o espaço e o outro os profissionais e materiais para o ensino. Destacamos como objetivo principal da Classe Hospitalar a garantia da continuidade da escolarização para o aluno/paciente e a orientação para aqueles docentes clínicos dos seus direitos a educação. Cabe ressaltar que apesar de fazer parte da Educação Especial a Classe Hospitalar atende, em sua maioria, crianças que não possuem nenhuma deficiência ou que tenham algum problema de aprendizagem.



Aula de português na brinquedoteca que fica dentro da enfermaria pediátrica (Fotos 1 e 2).

Realizamos dois tipos de atendimento, um no leito (conferir na foto 3) para as crianças que não podem levantar por algum impedimento de saúde ou procedimento médico e fora do leito para os alunos/pacientes que tem permissão médica para saírem do leito, para esses educandos damos aula na brinquedoteca da enfermaria pediátrica (conferir nas fotos 1 e 2).

1

¹ Vale esclarecer que tenho autorização de imagem de todas as crianças presentes nas fotos e que seus nomes foram preservados.



Contação de histórias “Sapo Sapeca” no leito (Foto 3).

Também é necessário esclarecer que o público alvo da CHGG são alunos do Ensino Fundamental, todavia prestamos atendimento pedagógico-educacional a todas as crianças internadas na enfermaria pediátrica do GG, sendo incluso neste quantitativo crianças de 3 meses a 12 anos de idade.



M, 6 meses de idade, no espaço da brinquedoteca (Foto 4).



J, 7 meses, no espaço da brinquedoteca (Foto 5).

Pensamos a escola hospitalar como algo mais humano e estabelecemos conexões com assuntos e experiências do cotidiano (ético, moral, cultural, econômico, político, ambiental, artístico...), por isso a extrema necessidade, de enquanto pedagogos, nos apossarmos das inúmeras possibilidades que o mundo nos permite.

Procuramos nos desvencilhar de assuntos tabus, buscamos a todo o momento através das leituras estudadas quebrar qualquer tipo de conceito pré-estabelecido. É imprescindível ter como foco a mediação quanto ao desenvolvimento de habilidades de raciocínio e de atitudes verdadeiramente críticas. Digo isso, pois, o pensamento crítico é fundamental para os alunos/pacientes, uma vez que, permitirá um melhor entendimento quanto ao seu papel e condição tanto no ambiente hospitalar como para além dos muros do hospital.

Sobre essas questões Santos relata:

Tal como noutros períodos de transição, difíceis de entender e de percorrer, é necessário voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples, perguntas que, como Einstein costumava dizer, só uma criança pode fazer mas que, depois de feitas, são capazes de trazer luz nova à nossa perplexidade... (1985/86, p. 7).

A singeleza, ao qual, se reporta, está vinculada a provocação da curiosidade, essencial, em acender no aluno a criticidade necessária para que possa atentar e refletir

sobre as implicações da sociedade onde vivem e reconhecer os impactos que tais implicações trarão ou não para suas vidas.

Deste modo devemos nos perguntar por que razão uma criança que esteja internada em um hospital não pode ter acesso a essa formação e direito a continuidade do processo de escolarização?

Segundo Paulo Freire (1997), a educação é um ato de reflexão sobre a realidade existencial, ou seja, educação é um ato social. A partir deste pensamento geramos para o atendimento pedagógico no ambiente hospitalar essa concepção de mundo, onde articulamos as experiências de vida mais profundas dos alunos/pacientes para globalidade dos acontecimentos. Esse direito ao desenvolvimento cognitivo, humano e social deve ser cumprido não somente para os educandos do ensino regular, como também, para os aprendizes que estejam passando por alguma enfermidade e encontrem se impossibilitados de irem à escola regular.



M, 2 anos, desenhando no espaço da brinquedoteca (Foto 6).

A relação estabelecida entre pedagogia e a escola hospitalar promove oportunidades de diálogo até mesmo com os familiares e os agentes de saúde, partes fundamentais dentro do processo de ensino-aprendizagem do aluno hospitalizado. Isso nos mostra o valor evidente dessa modalidade de ensino.

Segundo Fonseca:

[...] a validade desta modalidade de ensino se traduz não apenas na interferência que causa no desempenho acadêmico da criança, mas, concomitantemente, na visão que essa mesma criança possa ter de sua doença e das perspectivas de cura (1999, p.19).

Com base no exposto, fica evidente o compromisso da Classe Hospitalar em garantir a criança hospitalizada os mesmos direitos de acesso à educação e continuidade ao processo de escolarização, isso para garantir a manutenção do processo de ensino-aprendizagem. Dessa maneira, os professores/educadores desta modalidade de ensino afirma o resgate da rotina escolar para os aprendizes internados.

Capítulo 3: A Prática Que Nos Move

A educação em uma classe hospitalar tem como peculiaridade assegurar a manutenção dos vínculos escolares, de devolver as crianças para sua escola de origem com a certeza que poderá reintegrar – se ao currículo e aos colegas sem prejuízos pelo afastamento temporário ou ainda, de demonstrar na prática que o lugar da criança [...] é na escola, [...]. (FONSECA, 2003, p. 18).

Imersa neste universo, pude reafirmar a imensa importância desse segmento da pedagogia quando conheci uma linda menina de quatro anos de idade, diagnosticada com o Vírus da AIDS desde seu nascimento. Seus pais também são portadores do vírus. A pequena já estava no hospital quando comecei a pesquisa. Nos primeiros dias não tive contato com ela porque estava no isolamento em decorrência de uma pneumonia severa. Poucos dias depois consegui permissão para atendê-la no isolamento mesmo. A princípio foi realizado atendimento leito, procedimento destinado as crianças impossibilitadas de saírem de seus leitos.

Na ocasião a pequena tinha um olhar perdido e triste, não falava, não sorria e mal comia. Seus movimentos eram bem limitados, praticamente não se mexia. Usava fraldas em consequência de uma grave diarreia. Impressionante testemunhar como não reagia a estímulo algum.



Aqui a pequena já havia sido transferida para enfermaria pediátrica.

Algumas semanas depois consegui algumas palavras acompanhada de breves, porém sinceros sorrisos, daí por diante foi só melhora. Todos os envolvidos em seu tratamento perceberam a reação positiva da pequena. Tanto os familiares como os médicos e enfermeiros comentavam que a ela só falava com a professora, o que no início era a mais pura verdade. Essa aproximação foi fundamental para mediação entre a aluna/paciente e o corpo médico do hospital.



S, com o amigo P no espaço da brinquedoteca.

Vale salientar que nossa mediação foi de suma importância no seu tratamento médico. Até a fisioterapeuta veio nos pedir ajuda para se aproximar da pequenina. Com sua ida para a enfermaria pediátrica, bem como sua aproximação das demais crianças, sua melhora foi ainda mais significativa. Com o tempo, passou a socializar com todos. Uma grande vitória para o atendimento pedagógico educacional em ambiente hospitalar.

O cotidiano da Classe Hospitalar nos revelou uma menininha falante, inteligente, educada, vaidosa, amorosa, curiosa, às vezes teimosa e muito especial em sua essência. Aquela criança de olhos tristes deu lugar a uma de olhos grandes e brilhantes e mostrou ser dona de um sorriso esperançoso.



Na sala onde planejamos as aulas, nos ajudando com os trabalhos sobre Festa Junina.

Depois dessa bem sucedida experiência, ficou difícil recordar o início das aulas, onde ela mal conseguia pegar no lápis. Quando não havia condições de chamar sua produção de rabiscos, pois nem mesmo para o simples movimento de rabiscar tinha forças. No instante que lhe entregávamos os lápis de cor chorava e parecia sentir dor até mesmo para chorar. Era visível sua exaustão.

No decorrer do processo de desenvolvimento cognitivo e motor tivemos resultados muito positivos. Com a mediação pude levar ao encontro de linda garotinha o mundo infinito dos livros, ela se encantou de primeira, vivia rodeada deles. Enquanto eu lia uma história, a pequena segurava outros tantos livros.



Mais uma vez nos ajudando na preparação as aulas (enfermaria pediátrica – Foto 7).

Esta encantadora criança de apenas quatro anos de idade, que carregava um mundo em suas costas, coberto apenas por uma fina camada de pele, me mostrou na prática a importância do trabalho da Classe Hospitalar na recuperação das crianças internadas. Levou meu conhecimento para além dos livros e muros da academia, ampliou minha visão de mundo e me provocou a tecer novas reflexões e indagações quanto essa modalidade de ensino tão fundamental e efetiva para o desenvolvimento humano. Dedico a ela, o interesse e curiosidade em pesquisar e levar ao conhecimento dos meus pares o valor da Classe Hospitalar.

Capítulo 4: A educação especial na proposta da formação do pedagogo

Adicionar ao trabalho um capítulo sobre Educação Especial no contexto nacional é mais uma das facetas que se entrelaça com a temática central.

A partir da análise das grades curriculares das licenciaturas em pedagogia (anexos B, C, D e E), foi possível ter noção da formação inicial de professores na perspectiva inclusiva. Mesmo após a promulgação da LDB n.º. 9.394/96 e as regulamentações contidas nela a nível nacional (Resolução CNE n.º. 1/2002, Resolução CNE n.º. 2/2001, Decreto n.º. 5.626/2005), caracterizando o movimento de reestruturação curricular dos cursos de licenciatura, ainda nos deparamos com currículos antigos e alheios as diferentes áreas educacionais. Como podemos conferir nas grades curriculares analisadas, apenas uma universidade, dentre as participantes da pesquisa, lembra o atendimento pedagógico-educacional para pessoas com deficiência, mas não como disciplina obrigatória, em caráter eletivo.

De que jeito almejar contar com docentes amplamente capacitados em lidar com os desafios e singularidades dos novos grupos diferenciados, quando as universidades não reformulam seus currículos para que o educador não fique refém da formação continuada e veja nela a única possibilidade de preencher as falhas deixadas por sua formação inicial?

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica aponta as determinações consideradas necessárias para definir se um profissional é ou não capacitado para lidar com pessoas com algum tipo de necessidade especial ou mesmo para estarem atuando dentro desta modalidade de ensino. E nesta perspectiva se incluiu os professores que tem o ambiente hospitalar como área de atuação, uma vez que a Classe Hospitalar está contida dentro da lei que rege a Educação Especial.

Para tanto delibera que:

São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos ou disciplinas sobre Educação Especial. (Resolução CNE/MEC 02/2001, BRASIL, 2004, p.18).

Essa acepção, apesar de, certo modo, considerar ao educador uma bagagem a mais para que atue com os grupos diferenciados, ela também mostra clara fragilidade

quando entende por profissional capacitado aqueles que tiveram algum contato com alguns conteúdos ou disciplinas sobre Educação Especial. Ao analisar as grades curriculares das universidades aqui pesquisadas, nota-se evidente defasagem na construção de um currículo composto por todos os campos e modalidades incluídas na perspectiva da Educação Especial. Na grade curricular das quatro universidades componentes da então pesquisa, todas apresentam apenas uma disciplina específica voltada para Educação Especial. As disciplinas eletivas e optativas são oferecidas para melhor compor o entendimento do educando acerca do assunto. Entretanto, não são todos os alunos que optam por realizar tais disciplinas, para esses a preocupação quanto sua abrangência formativa é bem mais latente.

Agora veremos quanto a especialização dos professores atuantes na modalidade de ensino aqui tratada, temos:

São considerados professores especializados em Educação Especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimentos e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas, entre outras. (Resolução CNE/MEC 02/2001, BRASIL, 2004, p.18).

Para essas potencializações serem reais, menciono mais uma vez, a necessidade de uma educação continuada a fim de suprir as lacunas deixadas pela graduação. Pensar a educação continuada como fonte de conhecimento, renovação teórica e prática é indispensável ao professor/pesquisador, isso é irrefutável. Contudo pensar essa continuação dos estudos científicos como única escolha na busca por uma formação que habilite verdadeiramente o educador para atuar em nas múltiplas áreas, já que sua edificação enquanto profissional deixou de lhe oferecer todas as possibilidades de imersão nos diferentes campos da pedagogia e dentro dela nos diversos meandros da Educação Básica, não é melhor maneira de formar profissionais capacitados e sabedores de suas extensões de atuação.

Refletir e operar no universo da Educação Especial visto pela perspectiva da inclusão de todos os educandos, independentemente, de quais quer fator que outrora impediria a continuidade da escolarização, é aspirar à reestruturação dos sistemas de nível superior e básico para levar atendimento educacional a todos os educandos. Defender assim, os sistemas escolares para além da integração pura e tão somente.

Batalhar pela inclusão em sua essência, ou seja, a reconhecedora da diferença como condição existencial possível (SIEMS, 2010, p. 13).

Capítulo 5: A importância do Estágio na formação do professor

A estrutura na qual se encontra hoje consolidada nas universidades aqui pesquisadas, não consente que transitemos por outras áreas de atuação dentro do campo educacional.

Lamentavelmente, por ensejos diversas vezes difusas ou erradas, ainda falta um comprometimento por parte das universidades, no que se refere a questão de sociedades com instituições não escolares e escolares de múltiplas vertentes, que poderiam deste modo, admitir aos seus educandos, múltiplas possibilidades de experiências e conhecimentos aos diferentes campos educacionais que não a escolarização regular, em prejuízo a tantas outras áreas tão importante quanto.

De maneira óbvia, como bem ressalta José Carlos Libâneo:

As questões referentes ao campo de estudo da Pedagogia, da estrutura do conhecimento pedagógico, da identidade profissional do pedagogo, do sistema de formação de pedagogos e professores, frequentam o debate em todo o país há quase vinte anos nas várias organizações científicas e profissionais de educadores (LIBÂNEO, 2010, p.25).

Todavia, seria injusto com a nossa própria instauração e prática ao longo da história acadêmica termos outras áreas do campo educacional omitidos da nossa ciência. Importante mencionar o fato de que as escolhas feitas pelas nossas instâncias superiores dentro das universidades, afeta profundamente uma formação plena, ampla e menos distante da realidade que nos deparamos na coletividade contemporânea.

De acordo com a Legislação Federal – Estágio – Lei 11788, de 25.09.08:

“O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (Capítulo I, Art. 1º, §2º).

Vale salientar, visto como estou no último período da minha graduação (9º período) e até entrar em contato com o Projeto de extensão Classe Hospitalar, orientado pela professora Maria Alice de Moura Ramos, da Universidade Federal do Estado do

Rio de Janeiro, no ano de 2012 nunca havia ouvido falar da modalidade de ensino Classe Hospitalar.

Inquieta por este ato falho e de grande prejuízo, dentro de nossa formação, enquanto educador decidi dar voz a esta recorrente ação, objetivando alertar essa defasagem curricular das universidades, onde outros campos da área educacional são esquecidos e muitas vezes descredibilizados.

Os Estágios Supervisionados são meios indispensáveis e valiosos para que possamos conhecer e exercer outras habilitações em diferentes espaços dentro da trajetória pedagógica. Como, por exemplo, no presente caso, ter o estágio de gestão realizado em âmbito não escolar, muito surpreendeu e colaborou densamente para avaliar outras instâncias, aprimorar aptidões e assumir posse de um olhar diverso dentro do Projeto de Extensão CHGG e para além dos muros da universidade.

Em primeira análise, não fazia ideia e dimensão do grau de profissionalização e seriedade ao qual um órgão público, hospitalar, pudesse demonstrar e apoiar um projeto pioneiro que garante o acesso e direito a escolarização as crianças internadas por motivo de saúde.

E diferentemente das instituições escolares, as quais em sua maioria tentam de todas as formas dificultar o acesso dos estudantes de pedagogia em seus espaços, se valendo de excessos burocráticos desnecessários ou confusos que visam apenas afastar o contribuinte do Estado e das mais variadas táticas que acabam por levar muitos estudantes à desistência, encontrei as portas abertas no Hospital GG. O Doutor Edson Liberal (Chefe da pediatria), admirador e colaborador do nosso projeto, foi muito atento e extremamente dedicado ao andamento do projeto, sempre procurando atender as nossas demandas e disposto a integrar duas ciências distintas para melhorar a formação tanto dos profissionais da saúde, a fim de humanizar o trato com o paciente, como para ampliar nossas possibilidades profissionais como educadores. Essa soma de saberes foi basal na melhora do quadro clínico dos alunos/pacientes e instrumento único na garantia da escolarização das crianças atendidas.

Os estágios supervisionados deveriam cumprir seu papel de maneira ideal, ou seja, garantindo contato prático com o cotidiano não somente de instituições escolares, como igualmente de instituições não escolares para concretizar e pluralizar uma formação pautada no desenvolvimento integral que resultará em serviços de níveis avançados, com eficiência e excelência. O contato com a CHGG, bem como as demais bolsistas do projeto, a professora responsável (coordenadora), os alunos/pacientes, os

pais e responsáveis e os profissionais da área da saúde, permitiu uma quebra de paradigma no que tange a concepção habitual sobre a presença do pedagogo em outros lugares de atuação, e nos mostrou que é possível integrar diferentes campos dos saberes em prol de uma gênese profissional diversa.

Amparada na Lei 11788 que versa sobre o estágio, onde decide o seguinte:

As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autarquia e funcional de qualquer dos Estados da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio [...] (Capítulo III, Art. 9º.).

Hoje posso compreender, com mais clareza, como é crucial para a qualidade total de cada processo inerente a função que os profissionais estejam comprometidos com a incumbência de perseguir o desenvolvimento ideal e que os responsáveis pela formação de futuros educadores estejam sempre à procura de novas e melhores formas de administrar e sempre busquem estar em contato com todo o tecido organizacional para entender as carências curriculares que tanto lesam nossa formação.

Portanto, podemos conferir na Lei 11788 o artigo possuidor do aval quanto ao dever dos agentes de integração na busca pelo aperfeiçoamento do estágio, destarte:

“§1º Cabe aos agentes de interação, como auxiliares no processo de
I- aperfeiçoamento do instituído do estágio:

II- Identificar oportunidades de estágio;

III- Ajustar suas condições de realização;

IV- Fazer o acompanhamento administrativo;

V- Encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

VI- Cadastrar os estudantes.” (Capítulo I, Art. 5º, § 1º, caput I, II, III, IV e V).

Os estágios supervisionados precisariam contribuir essencialmente para o alargamento profissional do educador, permitindo enxergar a variedade existente no campo educacional, para além deve ter caráter revelador dos conhecimentos, e principalmente, mais prática, objetivando a evolução dos profissionais.

Deste modo, favorecendo, ao mesmo tempo os distintos debates que avalia a função do pedagogo em diversos campos de desempenho e nas múltiplas instâncias sociais. Compreender que sem investimentos tanto no exercício da dinâmica acadêmica quanto nas indagações e fundamentação teórica, jamais teremos o sucesso no que pulsa a firmação de outros campos de atuação profissional para o pedagogo e tampouco cooperaremos para a acessão da altivez profissional e do prestígio igualitário de todos os professores nos seus mais diversos campos de atuação e constituição social.

CAPÍTULO 6: Formação de Professores e as Leis de Amparo

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais de Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na Modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (CNE/CP N° 1 - 2006, Artigo 4°.).

Os sistemas de ensino brasileiros, a partir das diretrizes nacionais para educação inclusiva, teve a complexa tarefa de garantir igualdade de direitos, no que se refere ao acesso e permanência de toda a continuidade da escolarização. Esse direito deixou de ter caráter apenas acolhedor e passou a assumir postura quanto a atender as múltiplas necessidades de cada aluno recebido, a priori, na rede regular de ensino da Educação Básica.

Essas obrigações estão asseguradas na Resolução CNE/CEB n° 2/2001, referente a educação especial.

Esse Parecer resolve que:

Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos. (Artigo 2°, parágrafo único.).

Assim como exposto na referida Resolução, é de competência dos órgãos governamentais investigar a verdadeira realidade de atendimento a alunos na educação básica na perspectiva da educação especial, dentro do processo da educação inclusiva. Nesse universo está presente a Classe Hospitalar que garante a continuidade da

escolarização de educandos que estão internados em hospitais por motivo de saúde, mas que não possuem nenhuma deficiência ou com dificuldade de aprendizagem.

No artigo 3º compreende por educação especial:

[...] Modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Artigo 3º).

Como modalidade da Educação Básica, a Classe Hospitalar atua em espaço não convencional de ensino e possibilita ao paciente-aluno o direito a uma educação de qualidade através da pesquisa constante, a fim de avaliar que o processo de desenvolvimento psíquico, motor e cognitivo de crianças e jovens tenha prosseguimento durante seu período de internação ou pós-internação médica.

O processo de ensino-aprendizagem voltado para crianças e jovens hospitalizados possui algumas especificidades, assim como na escola regular. A escola hospitalar acolhe e atende alunos com perfil temporário, essa particularidade exige que os pedagogos que atuam nesse ambiente sejam profissionais qualificados e conscientes do papel da Classe Hospitalar. Essa consciência é basal no que tange a manutenção do processo de desenvolvimento do aprendiz e na colaboração fundamental para uma possível melhora do aluno/paciente.

Para tanto, é fundamental que esse profissional tenha formação capaz de promover a cidadania em sua práxis pedagógica, ou seja, é necessário aliar conhecimentos teóricos e práticos em consonância com a pluralidade do repertório existente no campo educacional, para que assim haja igualdade e equidade de acesso à Educação Básica de propriedade. Assim como está disposto na Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006.

Determina que:

Artigo 3º. O estudante de pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualizando, democratizando, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética (CNE/CP nº 1,2006.).

Dentro dessa trajetória podemos apontar o professor/pedagogo multidisciplinar, como protagonista fundamental entre o domínio dos conteúdos trabalhados e primordial à prática social. Por conseguinte agregando ao atendimento pedagógico-educacional cuidados atentos para evitar traumas decorrentes da internação hospitalar.

Ademais, o cerne da mediação entre professor/aluno deve ser oferecido propendendo para valores morais, distante da educação conteudista, por isso é fundamental sermos (pedagogos) protagonistas e conscientes em garantir o acesso das crianças e jovens hospitalizados a este processo não somente cognitivo como também sociocultural. Precisamos compreender a importância dos recursos humanos para o aluno-paciente, como também afirmar a continuidade a essa prática atenta aos valores do ser social para crianças e adolescentes hospitalizados.

É assegurado pela Constituição Federal de 1988, artigo 214, o direito de todos a educação, continuidade da escolarização e dever do estado a universalização do atendimento escolar. Poucos sabem, entretanto a lei que rege a educação, Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional diz que é de responsabilidade do Poder Público criar alternativas e novos espaços de ensino para garantir o processo de ensino aprendizagem independente da escolarização anterior.

Vale ressaltar que a Classe Hospitalar foi reconhecida pelo Ministério de Educação e do Desporto em 1994, por meio da publicação da Política Nacional da Educação Especial, artigo 205, que diz:

“A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

É de extrema relevância esclarecer que, faz parte das competências do professor que atua nesse espaço, atender pedagógico-educacionalmente crianças e jovens a fim de tornar possível um melhor desenvolvimento de suas necessidades psíquica, cognitiva e

motora (FONSECA, 1999). A mediação pedagógico-educacional assegura a continuidade do processo de escolarização, mesmo porque a internação hospitalar, na maioria dos casos, em nada impede que novos conhecimentos sejam adquiridos e que o desabrochar cognitivo tenha seu alargamento garantido.

Após algumas conquistas no campo da Educação Inclusiva, foi publicada a Resolução nº 41, de 13 de outubro de 1995, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ECA), que trata dos Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados, contém vinte determinações quanto ao direito das crianças e adolescentes hospitalizados.

Desse modo, o nono item defende que:

“Direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência hospitalar.”

Entretanto, nem de longe essa determinação é cumprida e respeitada. No estado do Rio de Janeiro, contamos com apenas nove hospitais que prestam atendimento pedagógico-educacional as crianças internadas. Não há registro de concurso público para professores capacitados e especialistas para a Classe Hospitalar, ou seja, os educadores destinados a essa área de atuação não são conhecedores da escola no hospital e muito menos das singularidades dos alunos/pacientes. Assim sendo, a implementação e avaliação de políticas educacionais e de formação para planejar ações pertinentes a realidade hospitalar fica completamente defasada e carente frente a recorrente Pedagogia Tradicional.

CAPÍTULO 7: Conhecendo a realidade com os dados estatísticos

A estatística está presente no nosso cotidiano, e seu principal objetivo é levantar dados informativos segundo as necessidades ou interesse político, econômico e social de uma forma geral. Para isso, a estatística possui técnicas objetivas através de gráficos e tabelas onde podemos resumir dados a partir da determinação de um estudo que chegando-se a um conhecimento que, se for verdadeiro poderá ser comprovado por novas experiências (CUNHA 1968).

A estatística aplicada à educação tem mostrado como o conhecimento estatístico pode estar presente em nosso campo de conhecimento. Por tanto ao elaborar este

trabalho intento fazer uma análise sobre o nível de conhecimento dos alunos de pedagogia no que se refere a modalidade de ensino Classe Hospitalar e relacionar essa análise ao processo formativo do educador.

A Metodologia de Análise das Variantes (perguntas), objetiva revelar a falta de conhecimento dos discentes do curso de Licenciatura em Pedagogia sobre a modalidade de ensino Classe Hospitalar. Isso para fundamentar a necessidade de reformulação do currículo das Universidades do Estado do Rio de Janeiro. A precisão de incluir a este trabalho dados estatísticos, também serve para alertar quanto a formação dos futuros e já atuantes educadores. E tem como cuidado nos fazer refletir se os atuais currículos contemplam de fato a pluralidade e diversidade, ou seja, se perpassam por todas as modalidades de ensino e seus amparos legais.

Para tanto, pretende-se reforçar o que foi exposto no decorrer desse trabalho com os dados estatísticos da então pesquisa. E deste modo, ilustrar o impacto de uma formação que não abarca todos os campos de atuação profissional, já que estamos tratando de formação superior. De tal maneira, iremos trabalhar com dois focos: O primeiro que consiste em dados quantitativos e o segundo que lida com informações qualitativas. Esses dados foram coletado por meio de uma questionário (anexo A) e aplicado em quatro universidades, dentre elas: UNIRIO, UERJ, UFRJ e Estácio de Sá.

Foi somada a pesquisa uma universidade particular (Universidade Estácio de Sá) porquanto tem incluído em sua grade curricular uma disciplina que fala sobre o atendimento pedagógico-educacional em ambiente hospitalar. Este fato agrega a conclusão que os alunos de tal universidade têm um currículo mais abrangente e mostra que os educandos contemplados com essa realidade acadêmica possuem maior probabilidade de uma formação mais completa e diversa. Analisando a grade curricular da Estácio (anexo E) fica evidente a preocupação quanto a proporcionar uma visão ampla dentro das possibilidades de atuação do pedagogo. Isso nos mostra que atualizar e repensar o currículo do curso de pedagogia é primordial para adequar uma formação ampla e multifacetada. Dito isto, pois, é a única universidade do Estado do Rio de Janeiro que se preocupou em apresentar aos seus aprendizes “outras” modalidades de ensino.

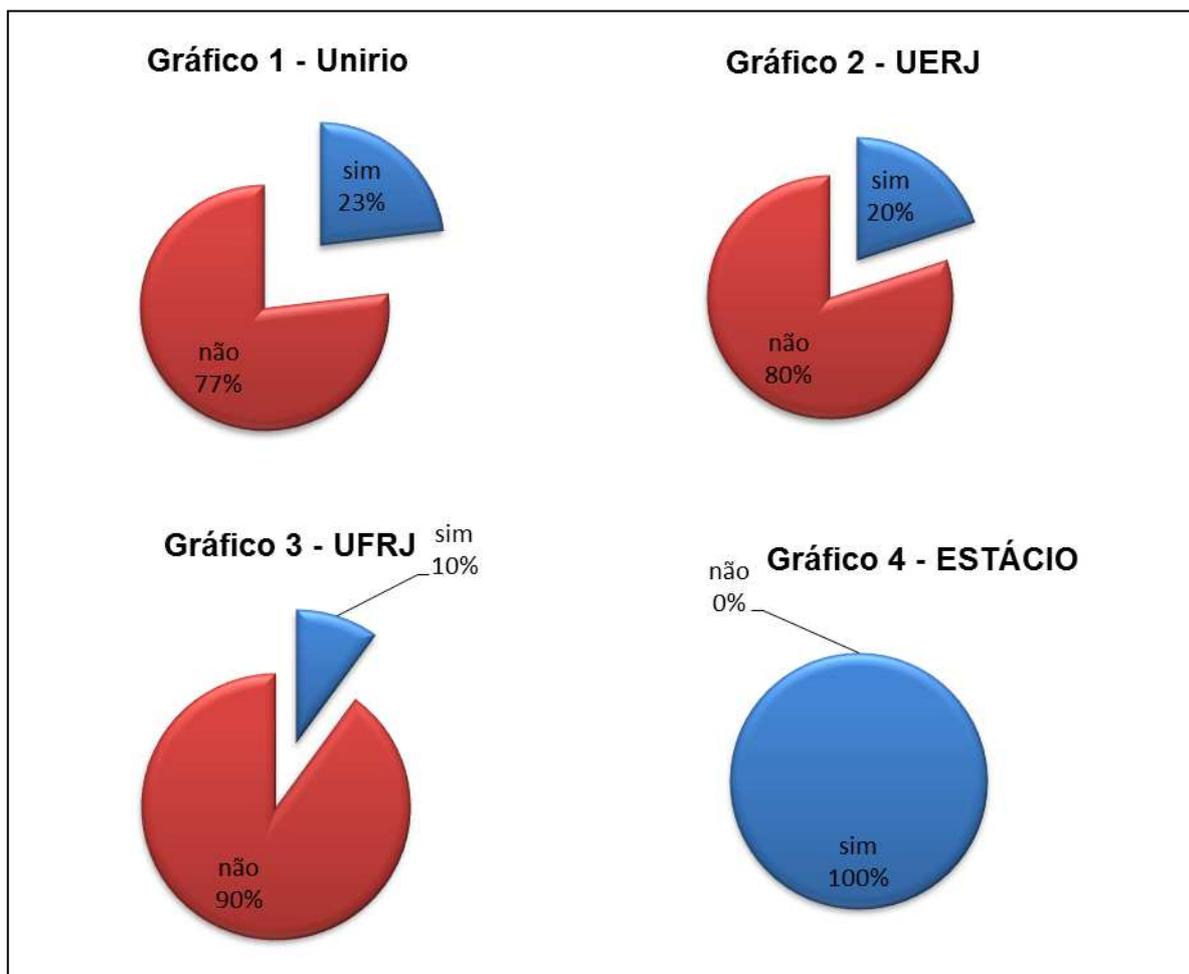
Inicialmente foram entrevistados 20 alunos da UNIRIO, todavia para que a pesquisa não tive resultado deturpado ficou decidido usar apenas 10 questionários. Para esta seleção elegi a pergunta 2 como principal critério para escolha dos questionários coletados, separando as respostas em branco das demais, o resultado consisti em 8

respostas em branco e 12 participantes que responderam a questão. Desta forma, selecionei 50% de cada grupo, assim obtende 4 sem resposta e 6 com resposta, totalizando 10. Portanto não teremos um resultado corrompido. Temos a seguinte tabela para ilustrar a organização da pesquisa:

TABELA 1		
Grupos pesquisados	Nº de entrevistados	%
Unirio	10	
UERJ	10	
UFRJ	10	
ESTÁCIO	10	
	Total: 40	100%

7.1: Análise quantitativa

Gráficos relativos ao número de alunos que já ouviram falar sobre a modalidade de ensino Classe Hospitalar (pergunta um do questionário – anexo um).

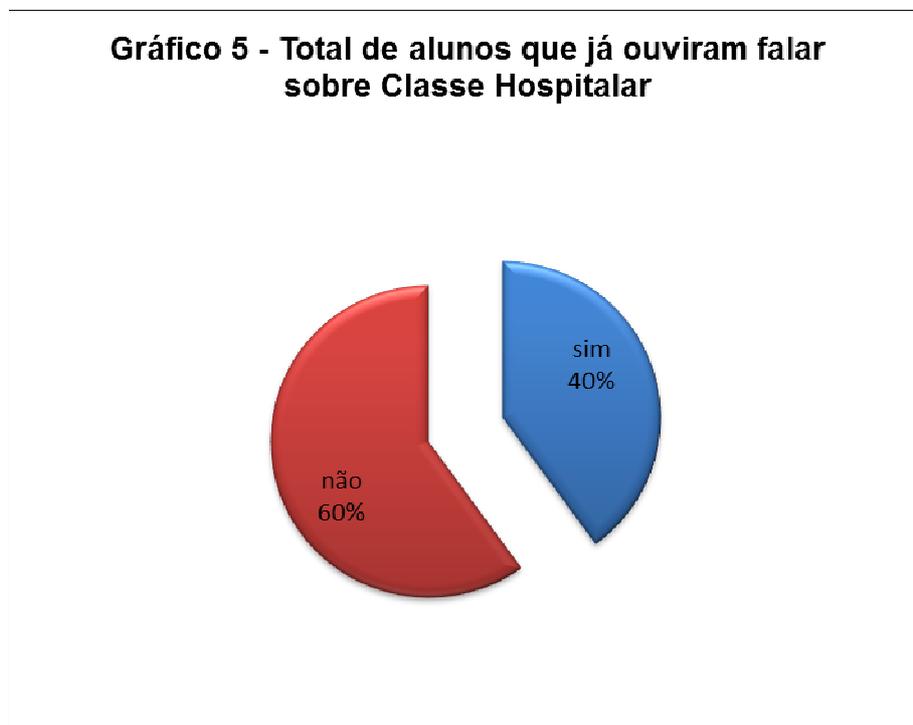


Como notamos apenas os alunos da Universidade Estácio de Sá apresentam um quantitativo, em sua totalidade, de entrevistados ciente da existência da modalidade de ensino Classe Hospitalar, isso se deve ao fato de ter incluída em sua grade curricular uma disciplina que contempla esse tema. Todavia, não significa serem conhecedores do que de fato trata a Classe Hospitalar.

Os Gráficos 1, 2 e 3 evidenciam a falta de conhecimento por parte dos educandos no que se refere a existência de outra modalidade de ensino dentro da área pedagógica. Onde 90% dos alunos entrevistados da UFRJ nunca ouviram falar de Classe Hospitalar e 80% dos aprendizes da UERJ também estão alheios a esse campo de atuação do pedagogo. Esses dados nos revela a urgência em reformular o currículo das instituições

de ensino superior para oferecer uma formação mais completa e próxima dos grupos diferenciados.

Continuaremos, a seguir, com o gráfico que agrupa as respostas contidas nos gráficos 1, 2, 3 e 4.



Nota-se uma clara predominância daqueles que não tem ciência que existe um atendimento pedagógico-educacional em ambiência hospitalar. Vale ressaltar que a soma dos alunos da Estácio pesa “positivamente” neste quantitativo, ou seja, todos os estudantes que participantes da entrevista responderam já ouviu falar sobre Classe Hospitalar.

Para tanto, daremos continuidade ao levantamento estatístico através da tabela apresentada abaixo. Onde expomos os dados estatísticos dos alunos que tem alguma disciplina que pondere sobre o atendimento pedagógico educacional (atinente a pergunta 6 do questionário).

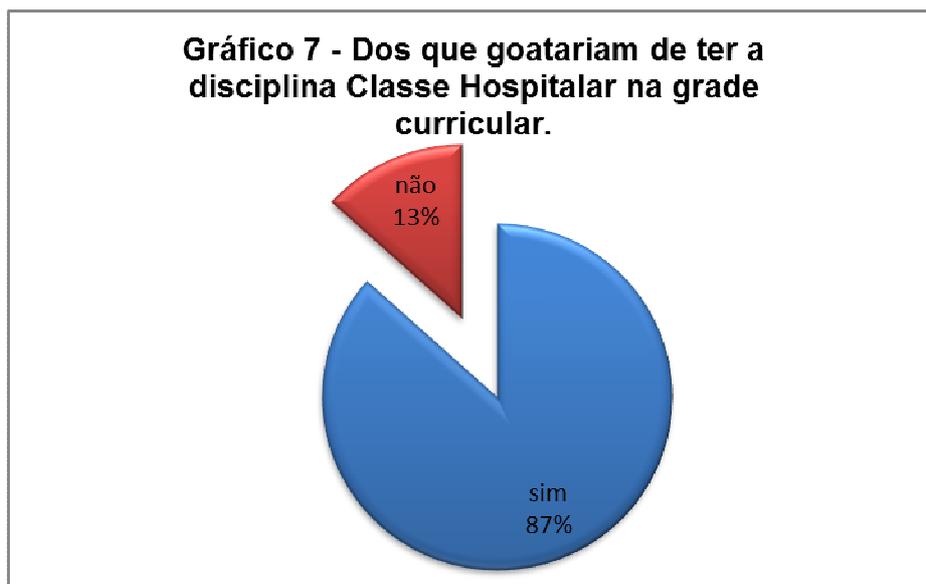
TABELA 2			
Grupos pesquisados	Sim	Não	%
UNIRIO	0	10	
UERJ	0	10	
UFRJ	0	10	
ESTÁCIO (Particular)	6	4	
	Total: 6	Total: 34	100%

Percebemos que existe uma unanimidade, por parte das universidades públicas, aqui pesquisadas, quando a não adesão da disciplina Classe Hospitalar na grade curricular do curso de pedagogia.

Para finalizar, apresentamos os resultados detalhados dos da questão sete (Vontade de ter a disciplina Classe Hospitalar contida na grade curricular), a partir da tabela e do gráfico abaixo.

TABELA 3			
Universidades Pesquisadas	Sim	Não	%
UNIRIO	9	1	
UERJ	9	1	
UFRJ	8	2	
ESTÁCIO (Particular)	x	x	
	Total: 26	Total: 4	100%

Os dados da Universidade Estácio de Sá não consta na tabela 3, pois em sua grade curricular existe uma disciplina eletiva (Educação e Saúde no Contexto hospitalar), onde o atendimento pedagógico-educacional em ambiente hospitalar é tratado.



7.2: Análise qualitativa

Métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão e ser (Haguette, p.45, 2003).

Para complementar as informações estatísticas já apresentadas, contaremos com uma breve análise qualitativa a indicativa ao funcionamento curricular das universidades (UNIRIO, UERJ, UFRJ e Estácio).

Teremos a questão 2 (anexo 1) para compor as considerações acerca do tema motivador da então pesquisa. Notamos real interesse dos educandos em ampliar suas informações dentro das vertentes educacionais da profissão que escolheram (pedagogia). Mesmo aqueles alheios a existência da Classe Hospitalar, demonstraram inclinação em conhecer esta modalidade de ensino.

Por vias das respostas, atinamos certo esclarecimento ao atribuírem as instâncias superiores da universidade a falta de interesse e planejamento acadêmico na adesão da modalidade. Com isso, reforçam o debate aqui desenvolvido relacionando política educacional e formação de professores capacitados e especializados que permita operar análises e sínteses em torno de crianças e jovens com caminhos educacionais próprios e desenvolvimento singular (Caiado, p.70, 2011).

A descrição nos desponta a falta de compreensão dos alunos, porquanto acreditam que essa modalidade de ensino não é relevante no cotidiano acadêmico e acreditam na

ausência de grande valor na vida escolar dos jovens e crianças em idade de escolar. Este dado é o fio condutor que pesa na reflexão quanto a darmos continuidade em formar professores preocupados a um discurso raso, descomprometido e infiel a sua prática pedagógica.

Os entrevistados apontam a escassez de estudos e, conseqüentemente, de material teórico para aprofundamento e até mesmo noção da área. Este relato, acontece pela falta de contato e intimidade com outros campos de atuação pedagógica. Como poderão tomar posse dos teóricos dedicados a Classe, se nem ao menos sabem que a Classe Hospitalar é uma modalidade da educação? Enquanto não houver alteração da pedagogia tradicional.

É plausível agregar a questão três (anexo um) para adequação avaliativa dos educandos da universidade particular Estácio de Sá, que tem em sua natureza acadêmica assuntos sobre o atendimento pedagógico na perspectiva hospitalar. Essas educandos conseguem discorrer facilmente sobre o tema e mesmo aqueles que não cursaram a disciplina relativa ao assunto, sabem dizer a função da Classe Hospitalar. Logo, a construção de um currículo consciente da diversidade educacional, colabora profundamente na mudança do perfil, dos já atuantes, como futuros educadores, ao mesmo tempo soma a edificação do sujeito enquanto profissional.

Considerações Finais

Diante desse quadro, fica evidente a urgência na implementação de uma política educacional. Não podemos permitir a exclusão de alunos, dentro do próprio processo de inclusão do mesmo. Esse desenvolvimento da Pedagogia atual e inclusiva deve acontecer de dentro da academia para fora. Deste modo, deixar de contemplar todas as modalidades de ensino, é o mesmo que munir a sociedade com professores incompletos e incapacitados de lher dar com as peculiaridades e particularidades dos grupos diferenciados de alunos.

Mergulhada nesse universo, relato que as atividades realizadas, ali mesmo na enfermaria pediátrica, trazia vida nova aqueles alunos/pacientes, lhes mostrava a possibilidade de continuidade da existência. Essa certeza do amanhã é primordial para a qualidade de vida dessas crianças. Isso a Classe Hospitalar proporciona de modo único aos alunos/pacientes, aos pais e familiares dessas crianças e jovens.

O Projeto de Extensão Classe Hospitalar Gaffrée Guinle forneceu experiência significativa para minha formação, colaborando fortemente na vida docente que se inicia e colaborando na expansão do conhecimento quanto a variedade inerente no campo da pedagogia. Igualmente, despontou que é preciso pesquisar e incluir conhecimentos para além das modalidades de ensino componentes dos currículos atuais, uma vez que este se apresenta incompleto. Ao mesmo tempo, mostrou, que é necessário aliar à prática a teoria para que possamos evoluir como profissionais que somos e mesmo nos intermináveis debates que discorre a atividade do pedagogo em múltiplos campos de ação. Tais medidas, dificilmente serão alcançadas no que tange a firmção de todas as modalidades de ensino educacional e tampouco contribuiremos para a aceitação do reconhecimento profissional e do prestígio social dos educadores em todas as suas áreas atuação e aperfeiçoamento social.

Por fim, digo, que é preciso iniciativas de formação de educadores voltada para a Pedagogia que prime pela diferença e lute pelas complexas conexões da sociedade contemporânea. Só assim, conseguiremos nos tornar profissionais completos, distantes do discurso racional em relação ao outro, mais humanos e capacitados para proporcionar a real inclusão de todos ao sistema de escolarização.

7 – Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição. Constituição Federal Brasileira de 1988. BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Direito à Educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Lei nº 9394/96. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1044 de 24/10/1969. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1969/1044.htm>.

BRASIL. Lei de Estágio - Lei nº 11.788, de 25/09/2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/111788.htm.

BRASIL. Resolução nº 41, de 13 de outubro de 1995. Do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/infancia/legislacao/id2178.htm>.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Seção 1, p.11. Brasília, 16 maio 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf.

CAIADO, M. R. K.; JESUS, de D. M.; BATISTA, R. C. Professores e Educação Especial: formação em foco. - Porto Alegre: Mediação/ CDV/FACITEC, 2011. 2v.

CUNHA, S. E. Estatística descritiva: na psicologia e na educação. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

FOGAÇA, J. Pesquisa Ação. Rio de Janeiro, RJ: Brasil Escola, 2013. Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/trabalho-docente/pesquisa-acao.htm>.

FONSECA, E. S. Atendimento pedagógico-educacional para crianças e jovens hospitalizados: realidade nacional. Brasília, DF: INEP, 1999.

FONSECA, E. S. Atendimento escolar no ambiente hospitalar. São Paulo: Memnon, 2003.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 15. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. Editora Vozes, 2003.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e Pedagogos para quê? São Paulo, Cortez, 2010.

MEC. Ministério da Educação. Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: estratégias e orientações. Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF: MEC; SEESP, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf>.

MS. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizasUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SIS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanisasus2004.pdf>.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. 7ª ed, Porto: Afrontamento: 1995.

SIEMS, M. E. R. Educação Especial em tempos de educação inclusiva: Identidade docente em questão. Pedro e João Editores, São Carlos - SP, 2010.